

Debate não decola entre Estado e Cultura

No auditório da Câmara, ontem, a votação do Pólo de Cinema interferiu em vôos mais profundos da história e da arte

SEVERINO FRANCISCO

O debate sobre *Estado e Cultura*, realizado na manhã de ontem, na Câmara Legislativa do DF, foi reduzido a uma debateração entre Gama e Planaltina para a sede do pólo de cinema e vídeo do DF. É que no período da tarde entraria em votação o projeto que cria o Conselho Diretor do Programa de Desenvolvimento do Pólo de Cinema e Vídeo do DF, mobilizando para a câmara um lobby de várias cidades satélites (veja matéria na mesma edição). Mas, de qualquer maneira, sobrou algum espaço para o tema em pauta: *Estado e Cultura*, que contou com a participação de Sérgio Paulo Rouanet, Secretário Especial de Cultura da Presidência da República, Márcio Cotrim, Secretário de Cultura e Esportes do DF, Carlos Alberto, deputado do PC do B, Luiz Humberto, Decano de Extensão da UnB e Salviano Guimarães, Presidente da Câmara Legislativa do DF.

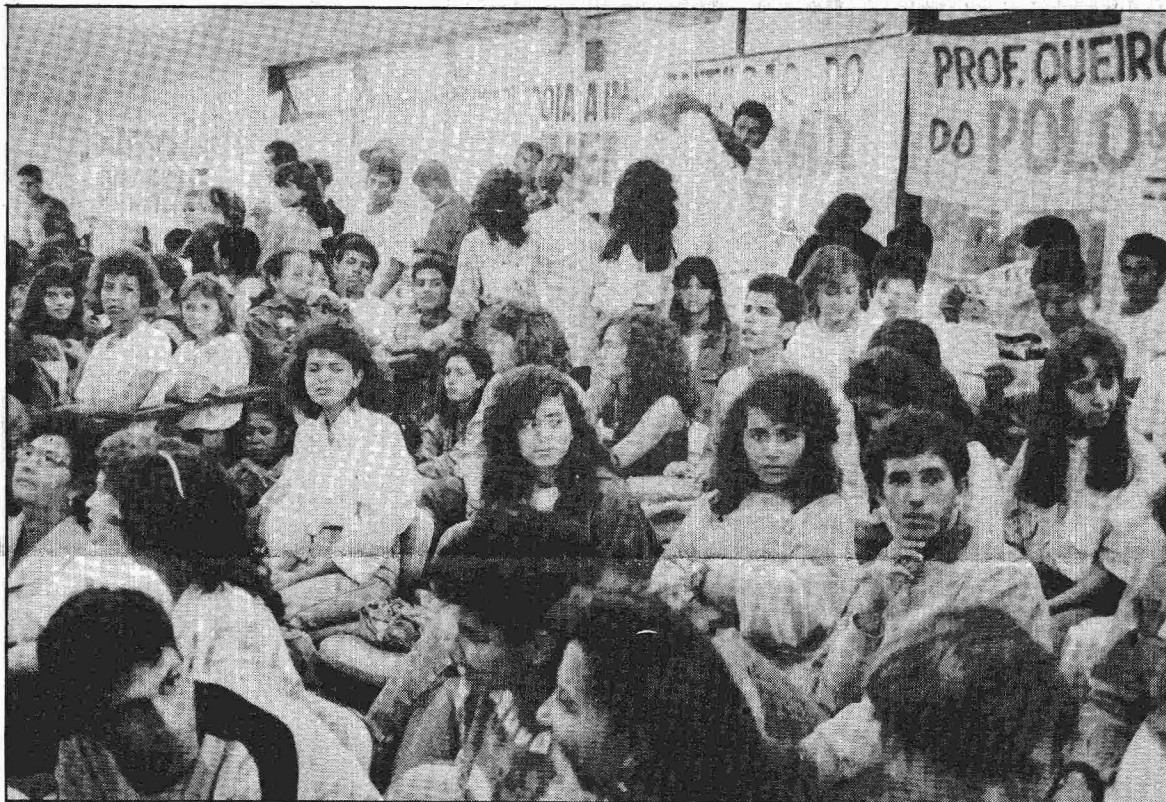
A iniciativa de promover o debate partiu do deputado Carlos Alberto, (PC do B), tendo em mira a perspectiva próxima de elaboração da Lei Orgânica do DF. "Pensar em desenvolvimento social, hoje, significa pensar em cultura" — justificou o deputado. O debate sobre "Estado e Cultura" acabou se pulverizando em um clima de programa de auditório, do tipo cidade contra cidade, do Silvio Santos: com claque, faixas, torcidas organizadas. Luiz Humberto lembrou que a reivindicação de respeito a regionalização significa respeito à pluralidade: "Não é impor cercaduras provincianas".

O Secretário Sérgio Paulo Rouanet fez uma longa intervenção em cima do tema *Estado e Cultura*. Traçou três modelos de Estado na relação com a cultura: o Estado Democrático, o Estado Liberal e o Estado Autoritário. O Estado Liberal entende que a cultura não é assunto do Estado. No Estado autoritário os intelectuais são ornamento do príncipe. Rouanet recusa estes dois modelos de Estado na relação com a cultura e faz a defesa do modelo do Estado Democrático. "No Estado Democrático é o povo quem determina a política cultural".

Segundo ele, uma política cultural democrática evita as falsas dicotomias: universal versus regional, Estado versus mercado, elite versus popular. Houve um tempo em que política cultural era sinônimo de elitismo — lembra Rouanet. Mas no Brasil se passa rapidamente de uma polarização a outra. Da política cultural de elite o País passou a exaltar uma política cultural supostamente popular, de exaltação demagógica da produção das classes menos privilegiadas na escala social. "As



A deputada Lúcia Carvalho (PT) indaga sobre a "operação desmonte" do governo, mas Rouanet se diz "remonte"



O clima da torcida nas galerias contagiou a profundidade no auditório: só deu Pólo

duas políticas são elitistas — fulmina Rouanet. A primeira é oligárquica e a política da broa de milho é absolutamente elitista. As pessoas de classe média tem o que se pode chamar de bilinguismo cultural. Ou seja: elas estão à vontade tanto em um festival de Mozart, na Áustria, quanto em um festival no Vale do Cariri. Mas as classes subalternas estão conde-

nadas ao monolinguismo cultural. Ou seja: não existe cultura elitista. O que existe é um uso elitista da cultura. Quando um festival de rock é promovido a preços altíssimos, ele passa a ser uma manifestação elitista. Em certos contextos, Caetano, Gil e Chico Buarque são cultura de elite".

Rouanet se preocupou, ainda, em fulminar outra dicotomia re-

corrente no processo cultural brasileiro: a do nacional e do universal. Toda manifestação da cultura nacional se afirmou como brasileira precisamente na medida em que se deixou perpassar por um diálogo intenso com a universalidade. "O que seria de Glauber Rocha e do Cinema Novo se tivessem retido na alfândega o *Cahiers de Cinema*? — indaga Rouanet. O

que seria da Bossa-Nova se João Gilberto não tivesse acesso ao jazz americano? Nacional é tudo que seja relevante para o Brasil". Rouanet não aceita, finalmente, a dicotomia entre Estado e mercado: "É preciso reconhecer que a mercadotratia é tão infeliz quanto a estadolatria".

Mas, depois de sua brilhante intervenção, Rouanet foi provocado pela deputada do PT, Lúcia Carvalho, a passar da teoria para a práxis. Ela questionou a distância entre o discurso de Rouanet em 91 e a operação desmonte na cultura realizada pelo governo Collor em 90. Perguntou, ainda, se o governo pretende assistir passivo ao massacre cultural levado a cabo pela emissora de televisão: Rouanet desconversou: "Eu não gostaria de falar do passado. Gostaria de falar do presente. A minha idéia é de remontagem e não de desmontagem. Quanto a segunda pergunta, eu posso concordar em substância com o poder alienante que a indústria cultural pode ter, mas não cabe ao Estado exercer um poder de polícia, de censura. Isto não significa que o Estado deva ficar omissivo. Mas cabe mais a educação oferecer elementos de resistência crítica ao poder letárgico da indústria cultural". O Secretário de Cultura do DF, Márcio Cotrim, fez um relato da tentativa de aproximação entre Estado e Cultura em Brasília. E, no mais, tudo no Brasil termina em samba. E, às vezes, em samba do crioulo doido.